

HABEAS CORPUS Nº 548.756 - RJ (2019/0357649-6)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EDUARDO JANUÁRIO NEWTON - SP259627
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : MAXUEL URBES DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MAXUEL URBES DA SILVA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (HC n. 0045366-96.2019.8.19.0000 - Desembargadora relatora Adriana Lopes Moutinho Daudt D'Oliveira).

De acordo com os autos, a defesa impetrou prévio *writ* na Corte estadual alegando (e-STJ fl. 26):

[...] que o Paciente fora denunciado, em 10/12/2018, perante o Juízo da Auditoria Militar deste Estado pelo Promotor com atribuição junto àquele órgão jurisdicional pela prática, em tese, do crime previsto no artigo 1º, inciso I, alínea "a" e §4º, inciso I, ambos da Lei 9.455/97 c/c artigo 70, alíneas "g" e "I", do Código Penal Militar. [Destacou] que a Denúncia foi então recebida na data de 22/01/2018, tendo a Defesa Técnica oferecido exceção de incompetência absoluta, ao argumento de que os fatos se deram em 10/07/2015, anteriormente à Lei nº 13.491/17, o que impediria o processo e julgamento da Ação Penal por aquele órgão jurisdicional. [Ressaltou] que, instado a se manifestar, o Ministério Público, na ocasião, por razões diversas, opinou pela incompetência do Juízo e, em 09/10/2018, foi declinada a competência para o Juízo Comum. [Asseverou] que, neste último, o promotor tomou ciência dos autos, manifestando-se pelo prosseguimento do feito, tendo o Impetrado designado AIJ. [Argumentou] que o Promotor que ofereceu Denúncia não possuía atribuição para tanto, o que restou corroborado pela decisão de declínio de competência, razão pela qual uma das promotorias criminais de Magé deveria, ao menos, ter encampado a Denúncia oferecida pelo órgão sem atribuição. [Destacou], ainda, que o Impetrado não decidiu sobre o recebimento da Denúncia e, por isso, o Paciente responde à Ação Penal, cuja Inicial foi recebida por Autoridade Judicial incompetente. [Asseverou] que o mais grave desse cenário é a diversidade de ritos processuais, já que o CPPM, a contrário do CPP, não contempla a hipótese de

Superior Tribunal de Justiça

absolvição sumária, considerando que não há previsão ali de apresentação de Resposta à Acusação .

Contudo, o Tribunal *a quo* denegou a ordem (e-STJ fls. 23/30).

Daí o presente *writ*, no qual a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro reitera as teses suscitadas na origem, resumindo a sua pretensão nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 3):

PACIENTE MILITAR - SUPOSTO COMETIMENTO DE CRIME DE TORTURA ANTES DO ADVENTO DA Lei nº 13.491/17 - DENÚNCIA OFERECIDA POR PROMOTORIA COM ATRIBUIÇÃO JUNTO AO JUÍZO DA AUDITORIA DE JUSTIÇA MILITAR RECEBIMENTO DA DENÚNCIA PELO JUÍZO DA AUDITORIA DE JUSTIÇA MILITAR - POSTERIOR RECONHECIMENTO DA INCOMPETÊNCIA DECLÍNIO DOS AUTOS - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO DA DENÚNCIA PELO PROMOTOR NATURAL - AUSÊNCIA DE EXAME SOBRE A DENÚNCIA PELO JUÍZO COMPETENTE - NÃO-OBSERVÂNCIA DO RITO ORDINÁRIO DO CPP - IMPOSSIBILIDADE DE OFERECIMENTO DE RESPOSTA À ACUSAÇÃO - PARECER DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA QUE RECONHECIA AS NULIDADES - CONSTRANGIMENTO ILEGAL PATENTE

Nesse contexto, pede, em liminar, o sobrestamento da ação penal na origem até o julgamento final deste *mandamus*.

No mérito, requer seja "*declarada a nulidade do processo penal que responde o paciente - autos nº 009931-92.2018.8.19.0001 - a partir da remessa dos autos para o Juízo da Vara Criminal de Magé, devendo ser reexaminada a denúncia pelo membro do MP com atribuição junto aquele juízo, caso ratificada a denúncia e recebida, ao paciente deverá ser assegurado o direito de apresentar sua resposta à acusação*" (e-STJ fls. 21/22).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Superior Tribunal de Justiça

Em juízo de cognição sumária, não visualizo a presença do *fumus boni iuris* hábil a justificar o deferimento da tutela de urgência pleiteada.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de medida liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, notadamente quanto à ocorrência da nulidade suscitada pela defesa do paciente, ressaltando-se que deverá noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, **senha para acesso** aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, conceda-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator